

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Estudo Técnico Preliminar 1217/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 3524709.420.00020792/2025-10

2. Descrição da necessidade

A dependência dos municípios brasileiros dos repasses e transferências federais e estaduais é uma realidade alarmante.

Ao analisar a questão do desempenho da arrecadação dos municípios no Brasil, é fundamental destacar a atribuição de tratamento simétrico que, muitas vezes, é aplicada indiscriminadamente, sem considerar as características diversas e específicas de cada município.

Esse tratamento simétrico se traduz em uma abordagem que ignora as particularidades econômicas, populacionais e os diferentes níveis de urbanização presentes no território nacional, afetando diretamente a eficácia da arrecadação e a distribuição dos recursos.

A diversidade populacional e econômica entre os municípios é ampla, com diferenças significativas em termos de tamanho da população, estrutura produtiva, fontes de receita e grau de urbanização. Municípios mais urbanos tendem a ter maior capacidade de arrecadação devido à maior concentração de atividade econômica, enquanto municípios rurais ou de menor porte enfrentam desafios maiores em termos de capacidade tributária.

Esses fatores são frequentemente desconsiderados em análises de desempenho da arrecadação, que muitas vezes se baseiam em parâmetros uniformes para todos os municípios.

O desprezo por essas desigualdades cria um cenário em que municípios com características econômicas e sociais distintas são tratados da mesma forma, gerando prejuízos substanciais para aqueles que não possuem a mesma capacidade estrutural de arrecadar tributos ou captar transferências.

Ainda, essa abordagem simétrica pode resultar em transferências insuficientes para municípios em dificuldades, como no caso de **Jaguaríuna**, que pode ter omissões de receitas oriundas de transferências tributárias devido a vários fatores, tais como: erro na apuração dos índices e coeficientes, não reconhecimento de transferências, modificações na legislação, erros de classificação ou lançamento de receitas, entre outros.

A falta de reconhecimento dessas diferenças torna as políticas públicas e as transferências intergovernamentais menos eficazes, prejudicando a capacidade de os municípios atenderem às suas demandas e necessidades, impactando, consequentemente, a qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, a Secretaria Municipal de Finanças tem acompanhado ao longo dos últimos anos, as decisões e atos normativos em torno dos dispositivos constitucionais que dispõem acerca dos repasses devidos aos Municípios.

Em vista do exposto, torna-se obrigatória a análise detalhada sobre os repasses destinados à Prefeitura de Jaguaríuna. A falta de precisão na apuração dos repasses federais e estaduais pode comprometer significativamente o orçamento municipal e, consequentemente, a capacidade da administração pública de oferecer serviços de qualidade à população.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Finanças	Fábio Dos Santos Ribeiro

4. Necessidades de Negócio

A omissão de receita oriunda de transferências tributárias realizadas pelos Governos Federal e Estadual para o município de Jaguaríuna é um problema significativo, que pode afetar as finanças municipais e comprometer a capacidade do município de prestar serviços adequados à população.

Embora os sistemas e processos de repasse estejam bem definidos, erros nos repasses e transferências de recursos podem ocorrer por questões técnicas, de cálculo, administrativas ou legais.

Quando esses erros acontecem, é fundamental que os Municípios busquem correções através de medidas administrativas ou jurídicas, para garantir que os repasses sejam feitos de acordo com os princípios constitucionais e as normas vigentes.

Porém, para que se possa tomar as devidas atitudes, sejam administrativas ou judiciais, torna-se necessária a aferição dos índices e coeficientes e ajustes na apuração ou repasse das transferências constitucionais da União e Estado (**ICMS/IPI, FPM, FUNDEB, IPVA, FUS, Compensação Financeira (mineral e hídrico), Dívida Ativa (ICMS, IPVA, IPI e IR), Pedágio, CIDE, FEP, ITR, ISO e BAP**).

Isto posto, foi necessário realizar estudos, para a tomada de decisão. Tais levantamentos indicaram soluções passíveis de serem adotadas, levando em conta a falta de mão de obra especializada, o custo-benefício da contratação e a necessidade de acompanhamento das demonstrações financeiras.

5. Necessidades Tecnológicas

A solução deverá atender as características mínimas e obrigatórias, conforme especificado abaixo.

- a. Serem compatíveis com o sistema operacional Windows;
- b. Os sistemas deverão ser capazes da Importação das bases de dados atuais, garantindo integridade das informações e, compatível com a base informatizada desta Instituição;
- c. Prover o acesso simultâneo de usuários à base de dados e acesso ilimitado de usuários as funcionalidades do sistema;
- d. Definição de política de backup automático para o banco de dados gerado pelo sistema ou ferramenta própria do banco de dados;
- e. Por ser um sistema integrado, deverá possuir cadastros únicos, integrados e atualizáveis pelo sistema, incluindo todos os dados necessários para operação e realização das tarefas pelos módulos;
- f. Todos os sistemas deverão possuir relatórios gerenciais, de acordo com as necessidades da Instituição, atualizados, visando um maior controle/acompanhamento e uma melhor instrução processual;
- g. Os sistemas deverão possuir interfaces gráficas, de fácil operacionalização;
- h. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico aos sistemas integrados via chamados telefônicos, e-mail ou outro meio acordado entre a contratante e contratada;
- i. Não ultrapassar o prazo máximo de 24h para retorno de chamados no caso de dúvidas ou reclamações e não exceder as 72h no caso de manutenção corretiva do sistema, ficando possível de punição contratual;
- j. Os Sistemas deverão ter no mínimo um controle de acesso, possibilitando:
 - i. O cadastro de usuário por CPF contendo dados cadastrais, senha, e nível de acesso vinculado aos grupos de usuário;
 - ii. O bloqueio do acesso ao sistema a um determinado usuário;
 - iii. A vinculação do usuário a(s) unidade(s) orçamentária(s);
 - iv. A definição dos grupos de acesso em conformidade com a necessidade da Instituição vinculando-os aos módulos/rotinas/funções /transações do sistema;
 - v. A emissão de relatórios contendo logon's efetuados, tentativas de acesso frustradas, transações realizadas por documento e por tabela, associadas ao usuário, estação de trabalho e data;

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

A presente contratação pode ser caracterizada como uma solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) por envolver a utilização de recursos tecnológicos para processamento, armazenamento, transmissão ou comunicação de informações, com o objetivo de atender às necessidades de tecnologia da informação e comunicação de um órgão.

Por essa razão, deve observar algumas peculiaridades.

Como forma de otimizar os processos e sobretudo oferecer praticidade e segurança aos contribuintes, o sistema deve ser 100% web, para uso em computador, servidor com certificado de segurança SSL, arquitetura de dados distribuída em data center, solução em CLOUD (nuvem), possuir mecanismos para realização e gerenciamento de cópias de segurança (backups) e monitoramento de desempenho.

A solução de TIC pode ser conceituada como de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, de forma que a Administração poderá utilizar a modalidade de contratação Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o de menor preço, desde que observados os requisitos funcionais de cada módulo e a homologação do vencedor estar condicionada ao atendimento **dos itens, descritos como obrigatórios na Prova de Conceito, constante do Termo de Referência.**

A solução deve permitir, se necessário, a integração com todos os módulos e/ou sistemas de terceiros de acordo com a cláusula de interoperabilidade e demais exigências para o cumprimento a novas legislações, constantes do Termo de Referência.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A avaliação de quantitativos para a contratação de licenciamento de software e serviços relacionados, leva em consideração o fornecimento de licença de uso software, conforme as estimativas de quantidade de licenças abaixo.

Importante destacar que os custos e demandas relacionados a conversão, customização de dados, implantação, treinamento e suporte, ficam a cargo da contratada, ficando esta Municipalidade responsável apenas pelo pagamento do uso da licença do sistema.

Abaixo, seguem os detalhes de cada etapa para melhor planejamento.

a. Licenciamento de uso do sistema integrado de gestão tributária

- **Unidade:** Mês
- **Quantidade:** 12 meses
- **Quantidade de usuários:** Ilimitado
- **Links de Acesso ao Sistema:**
 - O **link para o sistema** deve ser acessível para todos os usuários, incluindo os administrativos, técnicos e auditores. Isso deve ser providenciado de forma centralizada, possibilitando acesso via internet ou rede interna da Prefeitura de Jaguariúna.

O licenciamento de uso será necessário por um ano completo (12 meses), permitindo o acesso contínuo ao sistema para todos os usuários (administrativos, técnicos e fiscais), inclusos na mensalidade a conversão, customização de dados, implantação, treinamento do sistema, suporte, manutenção contínua e suporte presencial.

b. Conversão e customização de dados, implantação e treinamento do sistema

- **Duração:** 03 meses
- **Quantidade de profissionais a serem treinados:** 30 divididos em grupos de 10.

A conversão e customização de dados, juntamente com a implantação e treinamento do sistema, é uma fase inicial essencial para garantir que o sistema seja configurado adequadamente, adaptado às necessidades do município e que todos os servidores envolvidos recebam o treinamento adequado.

As capacitações deverão ocorrer em espaço da Prefeitura, em horário comercial, com duração mínima de 8 h.

c. Suporte e manutenção contínua

- **Duração:** 12 meses

A manutenção contínua e o suporte técnico são cruciais para garantir a operação estável do sistema ao longo do ano, incluindo correções de falhas, atualizações e melhorias.

d. Suporte presencial

- **Duração:** 04 meses

O suporte presencial envolve a presença física de técnicos especializados para atender a demandas específicas, realizar treinamentos adicionais, resolver problemas locais ou fornecer consultoria direta.

8. Levantamento de soluções

Diante do problema a ser solucionado, analisando as possibilidades ofertadas pelo mercado na atualidade e considerando o cenário do município, foram apontadas as seguintes possibilidades:

A - Contratação de Consultoria Especializada

B - Automatização do Processo de Controle de Transferências

C - Estabelecimento de Metodologia de Acompanhamento e Aferição dos Resultados

D - Criação de Relatórios Periódicos e Transparência

9. Análise comparativa de soluções

A. Contratação de Consultoria Especializada

- **Solução:** Contratar uma consultoria especializada em contabilidade pública e gestão de transferências tributárias, que possa realizar a análise detalhada das transferências federais e estaduais não registradas corretamente.
- **Justificativa:** Considerando a falta de mão de obra especializada no município, uma consultoria poderá atuar de forma mais eficiente, utilizando sua experiência para identificar as transferências omitidas e garantir que as informações sejam corrigidas nas demonstrações financeiras.
- **Custo-Benefício:** A contratação de uma consultoria pode ser mais econômica do que a contratação de um profissional fixo, além de trazer expertise pontual para resolver o problema.

Apontamentos:

O **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP)**, no julgamento de vários processos, aborda a ilegalidade de contratações deste tipo:

“... a natureza do objeto se refere a serviços inerentes às atribuições dos servidores da própria administração, ausentes justificativas para embasamento da assinatura do ajuste...”

Este julgamento do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no TC-002197/009/14), aponta ainda, outros julgados, com decisões no mesmo sentido, como por exemplo:

O **TC-012726.989.21-3**, abordou a legalidade da contratação de consultoria especializada por municípios para a gestão e controle de suas finanças públicas, especificamente em questões relacionadas a arrecadação de tributos e transferências tributárias.

“A gestão de créditos tributários constitui serviço privativo de funções típicas de cargos públicos, de forma que sua delegação para pessoa jurídica de direito privado constitui violação ao artigo 37 da CF /88 e ao artigo 7º do Código Tributário Nacional. Ilegal, ainda, o modelo de remuneração contratual com condicionalidade o valor a ser recebido ao êxito do seu desempenho e ao benefício econômico dele resultante, por afronta do art. 7º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.”

Tendo em vista que, ampla é a jurisprudência sobre esta matéria, no sentido da ilegalidade deste tipo de contratação, esta solução deverá ser descartada.

B. Automatização do processo de controle de transferências

- **Solução:** Implantar sistema que automatize o processo de controle e registro das transferências federais e estaduais, possibilitando maior eficiência na captura e análise dessas receitas.
- **Justificativa:** A utilização de tecnologias que automatizem o registro e a verificação das transferências pode reduzir erros humanos e melhorar a precisão das informações registradas.
- **Custo-Benefício:** A implementação trará benefícios em termos de agilidade e precisão, além de facilitar o acompanhamento das transferências, reduzindo a necessidade de ajustes posteriores.

Dentre as opções do mercado

Analisando a automatização do processo de controle de transferências, e considerando as soluções existentes no mercado, a Administração identificou as seguintes possibilidades:

i. desenvolvimento de solução tecnológica própria;

ii. aquisição de código-fonte e transferência de tecnologia;

iii. contratação de licença de uso de sistemas existentes no mercado;

Considerando que o presente estudo, aponta como melhor opção a automatização do processo de controle de transferências tributárias e o foco na eficiência administrativa e no interesse público, é importante avaliar as soluções propostas, levando em conta os custos, as vantagens e as implicações de cada uma. A seguir, são analisadas as três opções de solução:

b.1 - Desenvolvimento de solução tecnológica com mão de obra própria

O desenvolvimento de uma solução tecnológica com mão de obra própria envolve a criação de um sistema pelos próprios servidores da área, sob medida para o município, especificamente para o controle de transferências tributárias.

No entanto, a Prefeitura sofre com a escassez de funcionários especialista nas áreas de finanças, tributos e tecnologia da informação, que seriam responsáveis pelo desenvolvimento da solução. A contratação de mão de obra especializada necessária para o desenvolvimento e a manutenção de um sistema próprio enfrentaria limitações fiscais, principalmente em função da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que limita.

Custos:

- Investimento inicial elevado: A construção de uma solução própria exigiria um alto investimento inicial, principalmente na contratação de uma equipe técnica especializada, composta por desenvolvedores, analistas de sistemas e outros profissionais especializados. O custo de infraestrutura também seria significativo, envolvendo servidores e outras ferramentas necessárias.
- Desafio na contratação de mão de obra: A contratação de profissionais para essa tarefa, por meio de concurso público, esbarra nas limitações da LRF, que estabelece limites rígidos para os gastos com folha de pagamento. Essa restrição fiscal torna a contratação de servidores permanentes para um projeto pontual e específico inviável.
- Manutenção contínua: Após o desenvolvimento, a solução própria exigiria uma equipe permanente para garantir a manutenção e atualização do sistema, o que geraria custos recorrentes elevados com pessoal. Considerando as restrições fiscais, a manutenção contínua dessa equipe também seria insustentável, especialmente em um contexto de orçamento apertado e limites de gasto com pessoal.
- Riscos elevados: Além dos custos diretos, o desenvolvimento de uma solução própria envolve risco de atrasos no cronograma, falhas de execução e insegurança quanto à qualidade do sistema entregue. Esses fatores podem comprometer a eficiência e a funcionalidade do sistema, especialmente sem a presença de uma equipe altamente especializada, algo que o município já enfrenta como uma dificuldade estruturante.
- Limitação imposta pela legislação de regência sobre os gastos com a folha de pagamento. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os municípios devem cumprir limites rigorosos quanto aos gastos com pessoal, e a contratação de novos servidores através de concurso público para suprir a necessidade de mão de obra especializada pode violar esses limites, gerando comprometimento do orçamento municipal com a folha de pagamento.

Conclusão sobre o item:

Embora a solução própria ofereça flexibilidade para adaptação às necessidades específicas do município, ela apresenta altos custos iniciais e recorrentes e esbarra nas limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à contratação de mão de obra especializada.

A impossibilidade de contratar servidores por meio de concurso público e a dificuldade de manter uma equipe permanente dentro dos limites de gastos com folha de pagamento tornam essa alternativa financeiramente inviável para o município de Jaguariúna. Portanto, esta solução não é adequada diante das limitações orçamentárias e fiscais do município, além da incerteza do sucesso na contratação de servidores com a qualificação técnica necessária.

b.2 - Aquisição de código-fonte e transferência de tecnologia

A aquisição de código-fonte e a transferência de tecnologia envolve a compra de um sistema pronto, mas com a possibilidade de personalização e ajustes conforme as necessidades específicas do município. O fornecedor do sistema transferiria o código-fonte para o município, permitindo que ele tenha autonomia para modificações e atualizações no futuro.

Custos:

- Investimento inicial médio: O custo de aquisição do código-fonte tende a ser menor do que o desenvolvimento de uma solução própria, pois a maior parte do sistema já está pronta. No entanto, é necessário pagar pela licença de uso, pela personalização do sistema (ajustes específicos) e pela transferência de tecnologia.
- Custo de adaptação e implementação: Embora o sistema seja pronto, ele ainda precisará de ajustes e adaptações específicas, o que gera custos adicionais com consultoria e profissionais especializados.
- Custos de manutenção: O município ficará responsável pela manutenção do sistema e por realizar futuras modificações ou correções. Isso pode gerar custos recorrentes, mas a depender do contrato, o fornecedor pode oferecer suporte contínuo.
- Capacidade de inovação: A transferência de tecnologia pode capacitar a equipe interna do município a operar e modificar o sistema conforme necessário, mas isso exigirá treinamentos contínuos e a existência de uma equipe interna capaz de lidar com os ajustes.

Conclusão sobre o item:

A aquisição do código-fonte não parece uma solução viável, considerando a necessidade de manutenção contínua e a capacitação interna e o valor inicial podem representar desafios, principalmente considerando a falta de mão de obra especializada no município, o que pode culminar em uma capacitação ineficaz.

b.3 - Contratação de licença de uso de sistemas existentes no mercado

A contratação de licença de uso de um sistema já existente no mercado consiste em adquirir o direito de utilizar uma solução tecnológica já pronta, que já foi testada e validada em outros órgãos públicos ou privados, o que deve ser confirmado com a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica durante a fase de habilitação dos licitantes. Este modelo normalmente envolve o pagamento de licenças anuais ou mensais pelo uso do sistema, além de possíveis custos adicionais para customizações específicas.

Custos:

- Investimento inicial menor: A aquisição de uma licença de uso tende a ter custos iniciais bem mais baixos comparados aos itens anteriores. O município paga pelo acesso ao software e realiza ajustes limitados ou negocia funcionalidades específicas com o fornecedor.
- Custos mensais ou anuais: A manutenção do software se dá por meio de pagamentos periódicos (mensais ou anuais) pela licença de uso. Esses custos são previsíveis e ajustáveis, o que permite maior controle orçamentário.
- Suporte Técnico Especializado: Ao contratar uma empresa de prestação de serviços de desenvolvimento de software, teremos acesso a um suporte técnico especializado, capaz de oferecer manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa do sistema, garantindo sua integridade e funcionamento adequado ao longo do tempo.
- Especialização e Experiência: Empresas especializadas em desenvolvimento de software possuem a expertise necessária para criar soluções customizadas que atendam às demandas específicas da nossa instituição, garantindo um sistema integrado que se adeque às nossas necessidades particulares.
- Flexibilidade e Atualização Tecnológica: A cessão de direito de uso do sistema permite que nossa instituição usufrua das atualizações e evoluções tecnológicas promovidas pela empresa fornecedora, garantindo que o sistema permaneça atualizado e alinhado com as melhores práticas do mercado.
- Concentração de Responsabilidades: Ao contratar uma empresa fornecedora do sistema integrado, podemos concentrar as responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento, manutenção e suporte técnico do sistema em um único parceiro, facilitando a gestão e a comunicação.
- Risco baixo: A solução já foi testada em outros órgãos públicos ou particulares **(o que pode ser comprovado, mediante exigência de atestado de capacidade técnica)**, reduzindo o risco de falhas. Além disso, muitos sistemas vêm com garantias de desempenho e segurança.

Conclusão sobre o item:

A licença de uso de sistemas existentes é a solução mais eficiente e econômica, principalmente para um município com recursos limitados e falta de mão de obra especializada. Ela oferece um bom equilíbrio entre custos baixos, rapidez de implementação, suporte contínuo e funcionalidades prontas, tornando-se a alternativa mais viável para a automatização do processo de controle de transferências.

C. Estabelecimento de metodologia de acompanhamento e aferição dos resultados

- Solução: Definir uma metodologia clara para o acompanhamento e aferição dos resultados das transferências tributárias, com métricas e indicadores para garantir que as receitas sejam corretamente registradas e que o impacto na prestação de serviços seja monitorado.
- Justificativa: A definição de indicadores de desempenho permite que o município meça a eficácia das transferências no financiamento das políticas públicas e ajustes necessários em tempo real.
- Custo-Benefício: O custo dessa metodologia envolve principalmente o tempo e os recursos para implementar os indicadores, mas pode gerar insights valiosos sobre a eficiência do uso das transferências recebidas.

D. Criação de relatórios periódicos e transparência

- Solução: Criar relatórios financeiros periódicos, garantindo transparência sobre a utilização dos recursos recebidos.
- Justificativa: A transparência aumenta a confiança da população e reduz o risco de problemas relacionados à má gestão ou omissão de receitas.
- Custo-Benefício: A criação de relatórios pode ter um custo baixo, já que os dados estão sendo coletados, mas a transparência traz benefícios significativos, como a melhoria na relação com a comunidade e maior controle social.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Diante do problema a ser solucionado, analisando as possibilidades ofertadas pelo mercado na atualidade e considerando o cenário do município, foram descartadas as seguintes soluções:

A - Desenvolvimento de solução tecnológica com mão-de-obra própria;

B- Aquisição de código-fonte e transferência de tecnologia;

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Dada a natureza do objeto, o levantamento de valores de mercado será realizado através de pesquisa junto as empresas de desenvolvimento de software.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS TRIBUTÁRIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES E ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EVOLUTIVA E ADAPTATIVA DO SOFTWARE, DE ACORDO COM AS ALTERAÇÕES LEGAIS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, ALÉM DO TREINAMENTO DAS NOVAS SOLUÇÕES E SUPORTE TÉCNICO AS UNIDADES OPERACIONAIS INTEGRADAS DO ENTE.

Módulo de Gerenciamento de Segurança

Permitir a criação de usuário pelo próprio usuário do sistema, a geração de código chave de segurança para o usuário e para o ADMINISTRADOR do sistema, que o Administrador trabalhe somente com os usuários e defina os respectivos perfis de acesso ao sistema, que todas as transações executadas no sistema sejam registradas em log com as informações mínimas de qual operação foi executada, em quais sistemas, por qual usuário, data e hora da alteração, o que foi modificado e demais dados onde se possibilite a auditoria do que foi efetuado, entre outras funcionalidades.

Módulo de Ordem de Serviço para Suporte Técnico

Permitir a abertura de chamados com o registro das ordens de serviços, emitir relatórios gerenciais, entre outras funcionalidades.

Módulo VAF: apurar a composição do Valor Adicionado Fiscal - VAF, para fins do Índice de Participação do Município na Distribuição do IPM, através do módulo que permita ao município participar de todo o processo de apuração do VAF, inclusive realizando intervenções, visando a inclusão e revisão das informações fiscais utilizada em seu cálculo, através do processamento de informações oriundas das fontes EFD/SPED FISCAL, PGDAS-D /DEFIS, documentos fiscais eletrônicos (NF-e, NFC-e, CT-e), auditando todos os valores utilizados na apuração de seu VAF..

Módulo FPM: Por *processo de aferição*, apurar anualmente, revisar e impugnar (se for o caso) o coeficiente do FPM no TCU – Tribunal de Contas de União. Por meio de *processos de controle*, acompanhar os créditos nos repasses decendiais do FPM, apurar as divergências nos repasses feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Município, auditar todas as etapas do crédito, com a apuração da regularidade das dívidas ativas do IR, na composição do FPM e apurar e revisar os créditos nos repasses decendiais do FPM dos últimos 05 (cinco) anos.

Módulo FUNDEB: Por *processo de aferição*, apurar o índice do FUNDEB, calculado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com a análise do Censo Escolar a fim de verificar possíveis inconsistências na formação do FUNDEB, com a verificação das hipóteses de viabilidade de melhorias na gestão, visando o incremento do índice. Identificar, em *processos de controle*, os seus reflexos nos créditos dos repasses semanais do FUNDEB e possíveis divergências desses repasses entre a União, Estados e Municípios, apurar e revisar os créditos nos repasses semanais do FUNDEB dos últimos 05 (cinco) anos.

Módulo FUS: Por *processo de aferição*, apurar o índice do Fundo Único de Saúde - FUS, calculado pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, com a análise do coeficiente utilizado a fim de verificar possíveis inconsistências na formação do FUS, com a verificação das hipóteses de viabilidade de melhorias na gestão, visando o incremento do índice. Identificar, em *processos de controle*, os seus reflexos nos créditos dos repasses semanais do FUS e possíveis divergências desses repasses entre a União, Estados e Municípios, apurar e revisar os créditos nos repasses semanais do FUNDEB dos últimos 05 (cinco) anos.

Módulo de Auditoria Digital Tributária: Realizar a gestão, controle e apuração dos créditos dos últimos 05 (cinco) anos para o FPM, FUNDEB, IPVA, FUS, Compensação Financeira, Dívida Ativa (IR/IPVA) e Pedágio, incluído o acompanhamento e controle da previsão de repasses e os repasses já realizados das transferências relativas ao FPM, FUNDEB, IPVA, FUS, Compensação Financeira (mineral e hídrico), Dívida Ativa (IPVA e IR), Pedágio, CIDE, FEP, ITR, ISO e BAP.

Módulo IPVA: Módulo para a apuração dos créditos dos repasses devidos do IPVA, na distribuição mensal das receitas de transferências com os municípios, que tenham por base a cota parte do IPVA e sua dívida ativa, apurando-se os repasses dos últimos 05 (cinco) anos, incluindo-se a gestão, controle e ajuste destes valores de forma mensal.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 663.919,92

Estimativas das quantidades a serem contratadas

--	--	--	--

Item	Descrição	Unid.	Qtde.
01	Licenciamento de uso do Sistema Integrado de Gestão Tributária	Mês	12

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A combinação de tecnologia, planejamento estratégico e transparência não só contribui para a eficiência administrativa, mas também reflete o compromisso do município com a utilização responsável dos recursos públicos, sempre tendo como norte o interesse público.

Esse conjunto de soluções proporciona uma gestão financeira mais justa, transparente e responsável, assegurando que os recursos provenientes das transferências tributárias sejam utilizados de maneira a promover melhorias reais e sustentáveis na vida da população, respeitando os princípios de moralidade, legalidade e eficiência na gestão pública.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A licença de uso de sistemas existentes é a solução mais eficiente e econômica, principalmente para um município com recursos limitados e falta de mão de obra especializada. Ela oferece um bom equilíbrio entre custos baixos, rapidez de implementação, suporte contínuo e funcionalidades prontas, tornando-se a alternativa mais viável para a automatização do processo de controle de transferências.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Além da manutenção dos serviços contínuos de fiscalização, arrecadação e tributação, bem como a gestão de toda área tributária do município, a contratação de um sistema integrado de transferências tributárias pode trazer uma série de benefícios adicionais, tais como:

- a. **Automatização de Processos:** O sistema integrado pode automatizar uma variedade de processos tributários, reduzindo a necessidade de trabalho manual e aumentando a eficiência operacional.
- b. **Integração de Dados:** Ao centralizar informações tributárias em um único sistema, é possível integrar dados de diferentes fontes, facilitando a análise e tomada de decisões mais embasadas.
- c. **Melhoria da Gestão Financeira:** O sistema pode oferecer recursos para melhorar a gestão financeira, como acompanhamento de receitas e despesas, controle de inadimplência e previsão de arrecadação.
- d. **Aumento da Transparência:** Um sistema integrado pode proporcionar maior transparência nas atividades tributárias, permitindo que os cidadãos e órgãos de controle acompanhem de forma mais eficaz os processos e resultados.
- e. **Redução de Erros e Fraudes:** Com controles automatizados e auditorias internas facilitadas, é possível reduzir erros e fraudes nas operações tributárias, garantindo maior integridade e confiabilidade dos dados.
- f. **Atendimento às Exigências Legais e Regulatórias:** O sistema pode ser configurado para atender às exigências do Tribunal de Contas e outras regulamentações tributárias, garantindo conformidade legal e evitando penalidades.
- g. **Melhoria no Relacionamento com Contribuintes:** Um sistema integrado pode oferecer recursos para melhorar o relacionamento com os contribuintes, como emissão de guias de pagamento simplificadas, atendimento online e canal de comunicação direta.

Em resumo, a contratação de um sistema integrado de transferências tributárias trará uma série de benefícios além da manutenção dos serviços essenciais, contribuindo para uma gestão tributária mais eficiente, transparente e em conformidade com as exigências legais e regulatórias.

17. Providências a serem Adotadas

Para esta contratação, não se faz necessário providências a serem adotadas. A capacitação faz parte do objeto a ser contratado e as regras de fiscalização e gestão contratual já foram editadas pelo município e são seguidas em todas as contratações realizadas.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Após uma análise criteriosa das demandas e desafios enfrentados pela instituição no que diz respeito à gestão tributária, identificamos a necessidade premente de modernizar e otimizar nossos processos, visando garantir a eficiência, transparência e conformidade com as normativas legais vigentes.

Com base nos argumentos apresentados, consideramos que a contratação de um sistema integrado de transferências tributárias é não apenas viável, mas também essencial para o aprimoramento da gestão tributária do município de Jaguariúna. Este estudo técnico preliminar, evidencia que a contratação da solução se mostra viável tecnicamente e de extrema relevância, para continuidade dos trabalhos. O objeto deve ser contratado por empresa de prestação de serviços, de desenvolvimento de software.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO DOS SANTOS RIBEIRO

Secretário de Finanças